



TRAVESSIA

INFORMATIVO DO INSTITUTO GUAICUY | DEZEMBRO DE 2024 | GUAICUY.ORG.BR

ATUALIZAÇÕES SOBRE O

Plano de Recuperação Socioambiental da Bacia do Paraopeba e os Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico

NESTA EDIÇÃO, apresentamos uma síntese geral do andamento e destaques sobre o Plano de Recuperação Socioambiental da Bacia do Paraopeba e os Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), a partir das informações apresentadas nas reuniões entre a Vale, AECOM (empresa que atua como auditora no caso Brumadinho), e as Instituições de Justiça, realizadas entre agosto e outubro de 2024.

O *Plano de Recuperação Socioambiental da Bacia do Paraopeba* é o plano para reparar os danos causados pelos rejeitos de minério derramados no Rio Paraopeba com o rompimento da barragem da Vale, em 2019, e se depositaram nas áreas adjacentes, ao longo da Bacia. Já os *Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico* têm a finalidade de identificar potenciais riscos à saúde humana e ao meio ambiente provocados pelos rejeitos, bem como definir estratégias integradas de intervenção para os territórios impactados.



FOTO: QUEL SATTO/GUAICUY

ESTUDOS DE AVALIAÇÃO DE RISCO À SAÚDE HUMANA E RISCO ECOLÓGICO

No período de agosto a novembro, houve quatro reuniões da auditoria AECOM, apresentando dados sobre os Estudos de Risco. Nesses meses, o andamento do projeto foi marcado por dificuldades na interação com os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), pouca eficiência na entrega de relatórios e desafios no cumprimento dos prazos. A auditoria alertou para a necessidade de acelerar o ritmo de trabalho e de ajustar as estratégias de execução, para tentar cumprir o cronograma da Fase 1 até fevereiro de 2025. Conforme os dados, é pouco provável que isso aconteça sem esforços adicionais significativos.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Foram realizadas 50 reuniões com PCTs, de nível 1 e 2. Houve dificuldades nos agendamentos, com mais de 5 meses de espera, o que resultou em menos reuniões que o previsto e na exclusão de três Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMAS) dos Estudos. Essas comunidades não responderam ou escolheram não exercer o direito à participação, conforme a metodologia. Também foram entregues os primeiros relatórios envolvendo PCTs, os quais receberam recomendações da auditoria para melhorias nas explicações dos modelos conceituais.

RELATÓRIOS DA FASE 1

Houve atraso significativo na entrega dos relatórios no período, o que tem prejudicado as devolutivas da Fase 1 para as comunidades e também o cronograma dos Estudos. Além disso, até setembro, havia 389 recomendações em aberto da auditoria sobre melhoria dos relatórios. Em novembro, esse número foi reduzido para 321, mas ainda há várias recomendações não atendidas.

RECOMENDAÇÕES

A auditoria identificou um grande descompasso entre a capacidade de entrega dos relatórios programados e o necessário para cumprir o prazo de conclusão da Fase 1, em fevereiro de 2025. A prioridade tem sido finalizar a Fase 1 nas áreas-alvo de 1 a 4, chamadas zonas quentes (regiões mais próximas a Brumadinho). No entanto, o ritmo de entrega dos relatórios e atendimento das recomendações têm sido grandes desafios.

PLANO DE REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA BACIA DO RIO PARAPEBA

Todos os documentos que integram o Anexo 2.1 do Acordo Judicial – Plano de Recuperação Socioambiental – podem ser encontrados no site do Comitê Pró Brumadinho, que pode ser acessado pelo código QR a seguir (atualizado em janeiro de 2024).

Não houve grandes atualizações nas versões do Plano de Recuperação para esse trimestre. Assim, seguem:



BIT.LY/MG_GOV

Capítulo 1: Diagnóstico pré-rompimento, validado pelos Compromitentes (ESTADO DE MINAS GERAIS, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E ESTADUAL E DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS) no ofício 244/2023, com condicionantes. A atualização prevista para outubro de 2024, com a incorporação dos resultados dos estudos de nascentes, ainda não está disponível, até o momento, no site do Comitê Pró Brumadinho.

Capítulo 2: Diagnóstico pós-rompimento e avaliação de impactos, validado por meio do ofício Compromitentes 445/2023, com condicionantes. A terceira versão do Capítulo 2 foi protocolada em 30 de setembro.

Capítulo 3: Até outubro de 2024, a AECOM emitiu cinco notas técnicas, para os seguintes temas:

- revisão do estudo hidrogeológico;
- projeto de caracterização das áreas para recuperação ambiental;
- plano integrado de dragagem dos 2 Km do Rio Parapeba;
- análise da auditoria sobre o aumento da capacidade de captação e tratamento da Estação de Tratamento de Efluentes (ETAF) 1;
- reformulação do módulo II do *Programa De Diagnóstico De Danos Ambientais Sobre O Meio Biótico*.

Existem 10 notas técnicas da AECOM em elaboração, inclusive uma que trata do *Programa de Abastecimento Emergencial*, o qual deverá ser incluído no Capítulo 3 do Plano de Recuperação Socioambiental.

PLANO DE MANEJO DE REJEITOS

O desempenho da remoção de rejeitos na Zona Quente (Bacia do Ribeirão Ferro Carvão) melhorou, mas ainda há um volume significativo a ser retirado

EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES DE DRAGAGEM DO RIO PARAOPEBA

A nova estratégia de limpeza do Rio Paraopeba utiliza a dragagem mecanizada para complementar a operação com novos equipamentos, buscando aumentar a eficiência: uma escavadeira embarcada e um batelão – balsa que recebe o material da escavadeira e transporta até a draga B45, para recuperar e transportar o material até a área da mancha de rejeitos, na Zona Quente.

pela Vale ainda em 2024. 8,97 milhões de metros cúbicos de rejeitos foram vistoriados pelo Corpo de Bombeiros, e a previsão do término dessas atividades é abril de 2025.

O Quadro 1 (abaixo) mostra a divisão do *trecho 1* nas áreas a serem dragadas – dois primeiros quilômetros do Rio Paraopeba, a partir da confluência com o Ribeirão Ferro Carvão.

Até outubro de 2024, as áreas **14A, 14B, 14C** e **14D** do Rio Paraopeba foram parcialmente dragadas, e a bomba (booster) está em operação. Segundo a AECOM, o documento protocolado pela Vale em 10 de agosto não apresentou de fato as propostas para dragagem dos trechos 2 a 4 (ver Quadro 2).

QUADRO 1 -
ÁREAS DO TRECHO
1 DA DRAGAGEM
NO RIO PARAOPEBA

Áreas do Trecho 1 (0 a 2 Km)	1 a 9	10 a 14	15 a 24
Extensão do Rio Paraopeba, a partir da confluência com o Ribeirão Ferro Carvão	550 m	1.180 m	2.000 m

QUADRO 2 - TRECHOS DA DRAGAGEM AO LONGO DO RIO PARAOPEBA*



Trecho 4
(40 a 46 Km)

Compreende o reservatório da UTE Igarapé, do marco de 40 Km até o marco de 46 Km

Trecho 3
(6 a 40 Km)

Ponte de Brumadinho até o reservatório da Usina Termelétrica (UTE) Igarapé, em Juatuba

Trecho 2
(2 a 6 Km)

Entre o marco de 2 Km e a ponte de Brumadinho

Trecho 1
(0 a 2 Km)

2 Km a partir da ponte ferroviária da MRS sobre o Rio Paraopeba

Sentido do rio
←

O cronograma de estudos apresentado considerou apenas os trechos 1, 2 e 4. Pelo cronograma, a conclusão dos estudos do trecho 2 estaria prevista para abril de 2025, e do trecho 4, para setembro de 2027. No trecho 4, encontra-se a Usina Termelétrica (UTE) Igarapé, um ponto muito importante pela barreira física que representa, mas as propostas de dragagem desse trecho não constavam no documento protocolado pela Vale em agosto.

Em 17 de outubro, a Vale entregou a sexta versão do *Plano Integrado de Dragagem*. Segundo a auditoria, o cronograma desse plano ainda é bastante geral, e a dragagem nesta versão está prevista até a altura da Usina de Igarapé, em 2026. A AECOM ressaltou, no entanto, a importância

de se antecipar esse prazo. Além disso, a auditoria indicou também que é preciso manter o compromisso de dragar as outras áreas, conforme estabelecido no Acordo Judicial de Reparação. A empresa auditora pontuou que, para além de Igarapé, só se tem o mapeamento da distribuição dos rejeitos, mas as propostas de dragagem precisam avançar.

É importante lembrar que o Acordo determina, entre outros pontos, a remoção integral e destinação adequada dos rejeitos até a altura da Represa de Retiro Baixo, na divisa entre os municípios de Curvelo e Pompéu. O reservatório fica a 320 Km de distância do local do rompimento da barragem.



Quer saber mais sobre estes temas? Consulte nossa página.



BIT.LY/ERSHRE

O Guaicuy é a Assessoria Técnica Independente (ATI) eleita pelas comunidades da sua região. A ATI visa garantir o acesso à informação para participação das pessoas atingidas no processo judicial de reparação aos danos causados pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho.

CONTATO PARA PESSOAS ATINGIDAS

(31) 97102-5001
contato@guaicuy.org.br

SEDE

Brasópolis, 109 - Floresta
Belo Horizonte | CEP 30150-170
(31) 3024-9460

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO: Joana Tavares.

TEXTO: Mônica Campos, Ana Paula Hupp. **DIAGRAMAÇÃO:** Priscila Justina.